

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

CONTRATO Nº 73/2025

Contrato nº 73/2025 que entre si fazem o **Município De Trajano De Moraes** e a firma **Vega P. Serviços E R. Artística Ltda**, visando a locação veículo ônibus para atendimento da Secretaria Municipal de Transporte, objeto da Licitação sob a modalidade de Pregão Presencial SRP nº 29/2023, na forma abaixo:

o **MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES**, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, com sede na Praça Waldemar Magalhães, 01, 1º andar, Centro, Trajano de Moraes/RJ – CEP: 28.750-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado secretário o Sr. Leonardo Pinheiro Lessa, casado, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 278034095 expedida pelo DETRAN/RJ e inscrito no CPF sob o nº 149.532.027-83, e, de outro lado, a firma

VEGA P. SERVIÇOS E R. ARTÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.245.017/0001-30, estabelecida na Rod. RJ, s/n, Barra Mansa, São Sebastião do Alfo/RJ, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por Leandro Petinate Graciano, portador da Carteira de Identidade nº 121553572 e inscrito no CPF/MF sob o nº 083.215.057-67 têm entre si na conformidade do que consta no Processo Administrativo nº 5189/2023 e da licitação homologada e adjudicada sob a modalidade de Pregão Presencial nº 29/2023 e Ata de Registro de Preços nº 07/2024, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a contemplarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras deles constantes mesmo que não expressamente transcritas no presente Contrato.

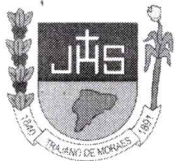
CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

A **CONTRATADA** compromete-se, por força do presente instrumento, a locação de 01 veículo ônibus com 42 lugares, em bom estado de conservação, tipo rodoviário, ar condicionado, cadeiras reclináveis, suspensão a ar, trafegabilidade, banheiro, com cinto de segurança, documentação em dia e motorista habilitado, tacógrafo, no máximo 15 (quinze) anos de uso, observado a legislação normativa pertinente.

Parágrafo Primeiro – O objeto a ser executado são os constantes do Edital e das propostas que foram apresentadas durante a licitação.

Leonardo Pinheiro Lessa

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

Parágrafo Segundo – Este **objeto** será executado, obedecendo, fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela administração ou constantes do processo.

Parágrafo Terceiro - Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O objeto do presente Contrato importa na sua totalidade em **R\$9.730,72 (nove mil, setecentos e trinta reais e setenta e dois centavos)** e que serão pagos da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, para fins de verificação de eventuais descontos, decorrentes de penalidades impostas à **CONTRATADA**, por descumprimento de obrigações contratuais.

Parágrafo Segundo - A nota fiscal após devidamente conferida e atestada, por 02 (dois) servidores do **CONTRATANTE**, que não o ordenador da despesa, será posteriormente encaminhada para pagamento sendo processadas em conformidade com a legislação vigente e quando pertinente, com o cronograma físico-financeiro que integra o presente.

Parágrafo Terceiro – Caso o Município antecipe o pagamento da Contratada, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

Parágrafo Sexto - Os preços pactuados são irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

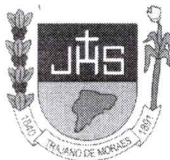
O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do presente instrumento, conforme o Termo de Referência, podendo ser prorrogado e alterado na forma dos artigos 57 e 65 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

O Prazo de execução dos serviços será de 5 (cinco) dias, contados a partir da emissão da ordem de execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Terceira, correrão à conta do **Programa de Trabalho nº 1200.2678200302.015, Elemento de Despesa 33903900**, integrantes do Orçamento do **CONTRATANTE**, para o corrente exercício da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito.

Leo Plena



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação são fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento, utilizando-se o índice da EMOP E/OU SINAPI, calculado através da seguinte fórmula:

$$R = \frac{(i - i_0) \times p_0}{i_0}$$

Onde:

R= Valor do reajustamento.

i= índice referente aos serviços especificados e relativos ao mês de aniversário da proposta da Contratada.

i₀= índice relativo ao mês a que se referem os preços constantes da proposta da Contratada.

p₀= Preço unitário cotado pela Contratada.

A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o parágrafo acima, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cabe ao **CONTRATANTE**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do objeto contratados, e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo - A existência e atuação da fiscalização do **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados, e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

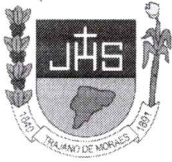
Parágrafo Terceiro - A fiscalização dos serviços a que se refere o presente instrumento, será executada sob a direção e responsabilidade técnica de um funcionário designado pelo **CONTRATANTE**, o qual fica desde já autorizado a representá-lo em suas relações com a **CONTRATADA**, em matéria de serviço.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos ao **CONTRATANTE** e a terceiros, em consequência da execução dos serviços de fornecimento, inclusive os que possam afetar os serviços a cargo de concessionárias.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigada a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

Neo Pleno



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações social, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos extraordinários, despesas com instalações e equipamentos necessários aos serviços contratados, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessárias à completa realização da prestação de serviços de fornecimento, até a sua entrega, perfeitamente concluída.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA**, desde já, se responsabiliza pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros.

Parágrafo Quarto - O **CONTRATANTE** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - A fiscalização do **CONTRATO** caberá ao servidor Jomar Furtado, matr. 4319, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação da contratação.

Parágrafo Terceiro - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **CONTRATANTE** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

Parágrafo Quinto - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **CONTRATANTE** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **CONTRATANTE** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Parágrafo único - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- I – A inexecução parcial ou total;
- II - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- III - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- IV - A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- V - O atraso injustificado no início dos serviços;

Leo Plena



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

VI - A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
VIII - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou a transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no Contrato, exceto se for para atender a exigências e especificações do **CONTRATANTE**;

XI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como a de seus superiores;

X - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, da Lei nº 8.666, de junho de 1993;

XI - A decretação de falências ou a instauração de insolvência civil;

XII - A dissolução da sociedade;

XIII - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XIV - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas, pela máxima autoridade da esfera administrativa, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XV - A supressão, por parte da administração de serviços ou compras acarretando modificação no valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

XVI - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior, a 120(cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo independentemente, do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XVII - A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

Parágrafo único - Os casos de rescisão contratual serão normalmente motivados nos autos do processo administrativo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

1.A rescisão do presente Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos numerados nos incisos I a XV da presente cláusula;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no presente processo de licitação desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da Legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS MULTAS

I - Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados a Juízo do Município, a **CONTRATADA** incorrerá em multa quando houver atraso na entrega dos serviços objeto do presente contrato;

II - O valor da multa será calculado à razão de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre valor do contrato;

III - Pela inobservância das especificações ou pela prática de irregularidades ou omissões na execução dos serviços objeto do presente instrumento a multa será de 10% (dez por cento), sobre valor do contrato;

IV - Outras faltas cometidas pela **CONTRATADA** sem que seja prevista penalidade para o caso, a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração;

V - As multas impostas à **CONTRATADA** em decorrência desse Contrato, serão solvidas por ela na ocasião do pagamento dos serviços;

leo Pheru



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023

Fl. _____

Serv. _____

VI - À **CONTRATADA**, assiste o direito de solicitar reconsideração por escrito ao município, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação recebida, que será decidida pela autoridade competente em 5 (cinco) dias, relevando ou não a multa.

VII - Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da Lei Civil, o Município poderá impor à **CONTRATADA**, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração e no valor vigente à data de sua imposição, não podendo, no entanto, o seu valor total, exceder ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratação com o Município, por prazo de 120 (cento e vinte) dias;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada no inciso anterior;

d.1) Os atos de aplicação de sanção, serão motivados e obrigatoriamente publicados na imprensa local;

d.2) A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da multa dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.

e) É facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo Processo Administrativo, solicitada por escrito à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis que será decidida pela mesma autoridade, relevando ou não a sanção.

Parágrafo Único - As penas acima referidas serão propostas pela fiscalização e impostas pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA COBRANÇA JUDICIAL

A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas ao **CONTRATANTE** e decorrentes do presente termo far-se-á pelo processo de execução fiscal.

Parágrafo Único - Se o **CONTRATANTE** tiver que ingressar em Juízo, a **CONTRATADA** responderá pelos honorários de advogado, fixados, desde já, em 20% (vinte por cento) do valor da causa, além de eventuais despesas direta ou indiretamente relacionadas com a cobrança prevista na Cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FORÇA MAIOR

São considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega dos serviços contratados decorrerem:

a) Calamidade Pública;

b) De outros que se enquadram no conceito do parágrafo único do art. 1.058 do Código Civil Brasileiro, devidamente comprovada por laudo pericial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com o prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE**, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Leo Plenc



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
NÚCLEO DE CONTRATOS



Proc. 5189/2023


Fl. _____

Serv. _____

Fica eleito o foro da Comarca de Trajano de Moraes com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente, **CONTRATANTE E CONTRATADA**, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.

Trajano de Moraes, 26 de junho de 2025.



SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
Leonardo Pinheiro Lessa
CPF nº 149.532.027-83



VEGA P. SERVIÇOS E R. ARTÍSTICA LTDA
Leandro Petinate Graciano
CPF nº 083.215.057-67

Testemunhas:

Nome: _____, CPF: _____

Nome: _____, CPF: _____



CARROS E CAMINHÕES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO

5- VALOR DO CONTRATO: R\$15.600,00 (QUINZE MIL E SEISCENTOS REAIS)

6- PRAZO: 12 (DOZE) MESES

7- ASSINATURA: 25/06/2025

8 - FISCAL DO CONTRATO: JOMAR FURTADO, MAT 4319

EXTRATO DE CONTRATO 73/2025

1- PROCESSO Nº 5189/2023

2-CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES

3-CONTRATADO: VEGA P. SERVIÇOS E R. ARTÍSTICA LTDA, CNPJ Nº 25.245.017/0001-30

4-OBJETO: LOCAÇÃO DE 01 VEÍCULO ÔNIBUS COM 42 LUGARES (COM MOTORISTA) PARA O TRAJETO TRAJANO DE MORAES X RIO DE JANEIRO EM ATENDIMENTO DOS ESPORTISTAS TRAJANENSES PARA PARTICIPAÇÃO NO CAMPEONATO CARIOCA KIDS 2025

5-VALOR DO CONTRATO: R\$9.730,72 (NOVE MIL, SETECENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)

6-PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

7-ASSINATURA: 26/06/2025

8-FISCAL DO CONTRATO: JOMAR FURTADO, MAT 4319

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Trajano de Moraes, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 1.122, de 20 de maio de 2019, que instituiu o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR,

CONVOCA os representantes da sociedade civil organizada e do poder público para participarem da Reunião de Eleição dos membros do COMTUR, a ser realizada conforme as informações abaixo:

Data: 14/07/2025

Horário: 18 horas

Local: Secretaria de Turismo - Prédio Anexo à Prefeitura 3º Andar

A presente reunião tem como objetivo a eleição dos membros titulares e suplentes que irão compor o Conselho Municipal de Turismo de Trajano de Moraes para o próximo biênio, conforme disposições previstas na legislação municipal vigente.

Poderão participar da eleição:

- Representantes de entidades do setor turístico local (meios de hospedagem, alimentação, agências de turismo, guias, artesanato, associações comunitárias, produtores rurais com atuação no turismo, entre outros);

- Representantes do Poder Público (Secretarias Municipais, Legislativo, e demais órgãos envolvidos com o desenvolvimento do turismo);

- Representantes da sociedade civil organizada, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 1.122/2019.

Os interessados em participar e/ou se candidatar como membros do COMTUR deverão comparecer ao local da reunião com documentação de identificação e, no caso de entidades, apresentar ofício de indicação de seu representante legal, devidamente assinado.

A participação da sociedade é fundamental para o fortalecimento das políticas públicas de turismo e para o desenvolvimento sustentável do município.

Trajano de Moraes, 07 de Julho de 2024

Mauro Leoni de Souza

Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo